

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, solicito ao deputado Aldo Schneider que retome a condução dos trabalhos da Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Geralmente, neste momento em que o país está vivendo, vimos a esta tribuna trazer problemas, dificuldades, e me consola ter a oportunidade, deputada Luciane Carminatti, de trazer um exemplo

positivo de voluntariado e de resultado social. Muitas vezes a sociedade civil organizada traz um resultado superior até ao que o poder público deveria fazer e realizar.

Na noite de ontem tivemos a oportunidade de visitar a Escola Estadual Oscar Conceição, no bairro do Rio Tavares, onde foi realizada a aula inaugural do curso pré-vestibular comunitário gratuito, especialmente direcionado à população de baixa renda, carente, com um histórico a ser apresentado.

Eu quero cumprimentar o Instituto Educação Jovem Popular, que coordena este trabalho, através da professora Janete Teixeira, lá do sul da ilha, que está presente aqui, participando conosco dessa sessão, e trago um pouco do histórico deste trabalho que é realizado, do apoio e do resultado positivo, deputada Dirce Heiderscheidt, que isso pode atingir.

Nós tivemos um auditório completamente lotado de alunos que não têm dinheiro para ir até a escola de ônibus, alunos que nunca tiveram dinheiro para comprar um livro para estudar, que nunca sonharam em ter a oportunidade de ter um professor além do currículo tradicional das escolas, ensinando algo direcionado ao vestibular da UFSC e outras universidades públicas, que são sua grande conquista. Nós tivemos ontem mais de 140 alunos que foram selecionados dentre os mais de 300 alunos que se inscreveram, mas a capacidade era atender 150 alunos carentes naquela comunidade.

Lá podemos ver, através da simplicidade das pessoas, o depoimento de ex-alunos aprovados na UFSC, muitos deles, hoje, como professores voluntários. Lá temos 22 professores voluntários que vão lecionar num curso pré-vestibular extensivo no ano de 2015. E ainda mais, no segundo semestre deve-se dobrar o número de alunos e ampliar o número de professores voluntários que vão trabalhar naquela escola, naquele projeto. Nesses dez anos que eles realizam esse trabalho já foram aprovados mais de 1.200 alunos até o vestibular de 2013 nas universidades públicas

sediadas na Grande Florianópolis. De maneira especial a UFSC, a Udesc e o Instituto federal de Santa Catarina. Esse grupo surgiu liderado pela professora Janete Teixeira, através da associação de moradores que entendeu que tinham que tirar os jovens da área de risco e demonstrar a eles a verdadeira possibilidade de ingressar numa universidade pública que, na visão da grande maioria, é para o rico. Lá estão os que verdadeiramente precisam.

E, obviamente, temos que destacar um projeto com 22 professores voluntários numa instituição como o Instituto Educação Jovem Popular, que não recebe um único recurso público e não tem o apoio com relação ao material didático. O grande pedido dos alunos e dos professores é apoio para produzir o material didático. Eles não têm apostila, usam materiais copiados quando conseguem.

Conversei a respeito com o deputado Romildo Titon, que preside a Escola do Legislativo, e vou levar essa informação à comissão de Educação na tarde de amanhã para que possamos conhecer e estar juntos num projeto que atinge uma grande gama de alunos que não têm nenhuma condição. Esse projeto realizado por eles já conquistou o reconhecimento de diversos setores do governo federal, do ministério da Comunicação e do ministério da Educação. A ADVB já premiou como empresa cidadã o trabalho realizado em 2009. Receberam o prêmio Amaral Gurgel de Ética e Negócios em 2010.

Tinham o apoio de uma empresa da Eletrosul, que depois, com a crise da energia, não continuou participando. Esse projeto já atingiu a comunidade em São José, na região continental, no norte da Ilha, e hoje está limitado ao sul da ilha, mas sem nenhum tipo de apoio. Abrigam lá 140 alunos carentes, com o sonho de passar no vestibular.

Ontem pudemos assistir alguns depoimentos. E lá estava o vereador Vanderlei Farias. Pudemos assistir o depoimento de professores que diziam assim: "Eu, que estudei em universidade pública, tenho obrigação de dar o meu retorno." E um professor traz outro professor. Alguns já foram alunos ali. E aí temos um exemplo de organização

civil. Temos a obrigação de agir politicamente para incentivar tanto as empresas privadas, como as públicas a efetivamente participar desses projetos.

Neste momento, quero cumprimentar a comunidade do Rio Tavares, do Campeche, os 22 professores que estavam lá animados e dispostos, que fazem um trabalho até de psicólogo, pois os alunos vêm de famílias carentes. E é um consolo saber que uma parte da sociedade pode apoiar aquele projeto.

Quiçá, deputado Antônio Aguiar, esta Casa Legislativa possa estar junto desses bons projetos. É importante trazer esse modelo, deputado Neodi Saretta, que pode crescer, que pode se ampliado e que pode despertar no poder público uma alternativa de poder colaborar, efetivamente, na diminuição das desigualdades sociais.

Quando se observa uma aluna carente falando que foi aprovada no curso de administração de empresas da Udesc, na Esag, que não tinha expectativa de fazer nem um vestibular, e outros, que passaram em vários cursos da Universidade Federal, vemos que ainda há esperança de poder buscar essa igualdade.

Então, espero poder contar com o apoio desta Casa Legislativa, nesse projeto que é um exemplo para muitos outros, que pode ser ampliado, que pode permitir que o nosso investimento em educação possa ser cada vez mais direcionado. E quando, deputado Leonel Pavan, toda a sociedade civil participa, dispõe-se voluntariamente a fazer esse trabalho, temos que acreditar ainda mais.

Por isso, parabéns à professora Janete pelo trabalho, parabéns a todos os voluntários do Instituto de Educação Jovem Popular. Que o curso pré-vestibular comunitário gratuito do sul da ilha possa trazer um bom exemplo e contagiar muitos outros voluntários, e que o poder público possa participar ofertando mais esse serviço a toda a nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -  
Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, aproveitando a presença de algumas pessoas do *trade* turístico, quero dizer que tivemos há pouco um encontro com o governador Raimundo Colombo, a quem quero estender os meus agradecimentos e cumprimentos por ter garantido que irá iniciar, nos próximos dias, o processo da construção do Centro de Eventos que fica em Balneário Camboriú. Um recurso que o governo federal já tem garantido, mais de R\$ 50 milhões; outro; em contrapartida, do governo do estado; e outro, do governo municipal.

Quero agradecer ao governador que nos recebeu para conversar sobre esse assunto, já que tantas vezes usei a tribuna falando desse Centro de Eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria de fazer coro ao deputado, principalmente cumprimentando o pessoal do *trade* turístico de Balneário Camboriú, exatamente por uma luta contínua e duradoura, parece-me que diante dessa audiência com o governador as coisas começam a caminhar.

Parabéns a v.exa.! Parabéns ao *trade* de Camboriú!

Santa Catarina ganha com essa decisão.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Somente para cumprimentar o vereador Luis Carlos Spenger Filho, de Gaspar, que se encontra na Assembleia Legislativa, juntamente com diversos agentes de trânsito do estado inteiro, mas de uma maneira especial ele acompanhando os agentes de Gaspar e do alto vale do Itajaí.

Gostaria de cumprimentar também os jovens do Partido Progressista, diversos vereadores que

preparam um evento para os dias 17 e 18 de abril, na cidade de Balneário Camboriú. Acabaram de fazer a apresentação do projeto da juventude com a liderança do Partido Progressista. Queria, de maneira muito especial, cumprimentar todos que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado João Amin.

O próximo orador inscrito é o eminente deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero, primeiramente, registrar a presença dos agentes de trânsito e dizer que recebi uma correspondência do Sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina solicitando a derrubada de veto do governador ao projeto n. 271.0/2014. Eu irei olhar com atenção essa solicitação do veto porque não conheço o projeto e não estava aqui quando foi votado.

Eu venho à tribuna, hoje, para falar sobre algumas questões relativas à região serrana, que represento aqui na Assembleia do estado. O país vive, sem dúvida nenhuma, um momento difícil do ponto de vista macroeconômico e isto é demonstrado pela queda da receita pública. A receita pública federal vem caindo, a estadual e as dos municípios também, conseqüentemente, a administração da atividade econômica, que depende de vários fatores, segundo os economistas, sofre influência dessa crise internacional, como o resto do mundo. Demorou a reconhecer, veio o processo eleitoral, não se corrigiu os rumos do país e, hoje, enfrentamos uma situação difícil.

E mesmo as vozes mais otimistas dizem que este ano vai ser muito complicado, o desempregado vai aumentar, a receita pública vai cair e ano que vem, talvez, não seja diferente. É provável que apenas em 2017 comece a haver uma retomada do crescimento econômico no país. Isso se as coisas andarem bem, se houver uma política econômica adequada e o país caminhar no rumo certo.

Nós atravessamos outro turbilhão, o social, vamos ter manifestações agora dia 15 e já uma

contramanifestação programada para o dia 13. Esperamos que o Brasil não entre num conflito, que não se torne um país bipartido que agrave ainda mais a nossa situação econômica. É preciso num momento de dificuldade, de crise ética, de operações da Polícia Federal importantes no Brasil, como a Lava-Jato, encontrar um caminho.

E a nossa região serrana está sofrendo, com as obras que estão sendo realizadas nos últimos dois anos, as consequências da falta de investimentos. O governo federal já anuncia menos recursos para o PAC, menos recursos de investimentos do BNDES, um arrocho, e não é diferente do governo estadual. E uma série de obras que estão em andamento na região serrana, ou que eram para começar, e quero citar algumas delas, precisam ser olhadas com atenção.

Eu falo de algumas rodovias como no trecho de Capão Alto e Campo Belo do Sul, que está sendo revitalizado, é um trecho da SC-390, cuja obra está capenga, muito devagar, há críticas na qualidade; temos outro trecho da SC-390, que é o trecho entre Anita Garibaldi a Celso Ramos, que está dependendo de implantação; o trecho de Otacílio Costa, deputado Aldo Schneider, que v. exa. conhece bem, onde houve uma grande manifestação nesse final de semana, o povo foi à rua no embalo do movimento dos caminhoneiros, questionando o início da obra. O trecho está muito ruim, ocorrem acidentes graves com muita frequência. Temos também o trecho entre São Joaquim e Painel na mesma situação, a obra é lenta, vagarosa, param um pouco a obra, depois continuam e questiona-se a qualidade da obra, e muitas outras obras.

Há um trecho ligando São José do Cerrito a Curitibanos, uma obra que está em implantação; uma obra na rodovia da Coxilha Rica; o Aeroporto Regional em Correia Pinto, na região serrana, que está parado, é uma obra antiga, agora foi feita a pista com 1.800m, mas falta a implantação do acesso, a implantação da obra relacionada à energia elétrica. Então, a serra como um todo está preocupada com todas essas questões.

Nós reconhecemos, e comecei falando sobre isso, as dificuldades que se têm hoje do ponto de vista macroeconômico do país. Também reconhecemos as dificuldades que se têm do ponto de vista macroeconômico do estado, mas algumas questões dependem de atenção maior. Nós vamos repassar essas preocupações ao secretário estadual de infraestrutura, para que ele dê uma olhada especial e com atenção a essas obras, e que veja, principalmente, as questões mais emergenciais, o que é preciso fazer. Queremos também atenção especial ao andamento das obras, porque houve manifestação na região de Otacílio Costa, que prometem continuar se essas obras não forem retomadas ou não andarem no cronograma previsto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a manifestação do eminente deputado Fernando Coruja.

Com a palavra o próximo orador inscrito deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, deputado Mario Marcondes, deputadas Ana Paula Lima, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt e demais deputados. Venho usar o tempo em Breves Comunicações para relatar às pessoas que acompanham a Rádio Alesc Digital, que assistem a TVAL, com satisfação, também aos deputados estaduais que não fazem parte da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, sobre o relatório do encontro da viagem que contou com as presenças dos deputados Cleiton Salvaro, Cesar Valduga, Mario Marcondes, Ismael dos Santos e da deputada Luciane Carminatti. Estivemos todos na cidade de Chapecó em um encontro com diversos caminhoneiros e, se pudéssemos resumir, apontar uma liderança, seria a do caminhoneiro Volnei.

Queremos justificar a nossa ausência no Fórum Parlamentar Catarinense, pois já tínhamos uma reunião pré-agendada com o governador no mesmo dia, segunda-feira, às 10h, no Palácio da Agrônômica, para tratar sobre o aeroporto, sobre as obras de ampliação e acesso.

O deputado Leonel Pavan também justificou sua ausência por motivo particular, ou seja, uma enfermidade na família. Torcemos para que tudo seja resolvido o mais rápido possível.

Tivemos a ausência também do representante dos caminhoneiros da região sudeste do Brasil, o sr. Ivar Schmidt, que se encontrava sexta-feira, quando tive o primeiro contato com ele, no gabinete do deputado federal Covatti Júnior, do Rio Grande do Sul, tratando sobre as demandas dos caminhoneiros.

A pauta de reivindicação dos caminhoneiros já do conhecimento da maioria dos srs. parlamentares e os pontos que foram mencionados pelo Volnei e pelo grupo que se encontrava no trevo de Chapecó, foi o preço do óleo diesel, a necessidade da confecção de uma tabela de preços do frete; o custo tanto do IPVA quanto do pedágio. Foi também mencionado, o que nos causou certa estranheza, a diferenciação do preço do ICMS com relação ao estado do Paraná. Inclusive fui estudar esse assunto e agora, no dia 01 de abril, no Paraná, o valor do ICMS também vai a 12%. Então, com relação a essa questão ficou um ponto de interrogação na pauta de reivindicações dos caminhoneiros.

Outros pontos destacados foram as condições das rodovias e o Programa Pro-Cargas. Ao mesmo tempo procuramos o sindicato dos transportadores e uma cooperativa de logística de Chapecó que falou sobre os seis anos de carência dos financiamentos sem cobrança de juros, na redução da carga tributária para as empresas de transportes; aposentadoria integral para os motoristas com mais de 30 anos de contribuição; passe livre nas praças de pedágio para quando os caminhões estão vazios; estradas com condições seguras de trafegabilidade, prezando sempre pela vida de todos os usuários, não só dos caminhoneiros; a redução do preço do óleo diesel - e o governo federal já se manifestou no início das negociações que não iria ceder sobre esse item, mas já sinalizou que pelo menos por seis meses não fará reajustes; respeito aos motoristas; mecanismos para balizar o preço do frete, também a confecção da tabela que realmente

é o ponto mais importante para o caminhoneiro autônomo, e mecanismos de viabilidade para o uso de veículos com equipamentos.

Vimos com muita positividade que ontem a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei dos caminhoneiros, comunicando o pedágio gratuito para os eixos suspensos, para os caminhões vazios; o perdão das multas por excesso de peso recebidas nos últimos dois anos; os contratantes do frete e os não motoristas serão responsabilizados pelo excesso de peso e transbordamento de carga. Esse e outros pontos são aspectos da lei sancionada pela presidente Dilma, ontem.

Então, quero fazer o relato dessa ação da comissão de Transportes e Desenvolvimento desta Casa, até provocada pelo deputado Coruja, que me antecedeu na tribuna, que este assunto deveria ser tratado pela comissão. Os membros da comissão foram a Chapecó e logo após a viagem estivemos juntos com o governador Raimundo Colombo, com os deputados Dirceu Dresch, Valdir Cobalchini e Manoel Mota, integrantes da comissão, e pudemos também ouvir uma boa notícia: até antes de ontem oito pontos de rodovias estaduais estavam com paralisações, com algum tipo de bloqueio.

E ontem, quando estávamos em conversa, o governador foi informado pela Polícia Rodoviária que esses oito pontos já haviam sido desbloqueados, somente nas BRs do estado de Santa Catarina ainda havia algum tipo de bloqueio.

Então, queria agradecer a presença dos colegas da comissão de Transporte, dos demais deputados, e dizer que daqui a pouco, às 17h, teremos a primeira reunião, ocasião em que esse relatório de encontro vai ser debatido, as demandas vão ser encaminhadas para as pessoas que participaram tanto na cooperativa quanto no sindicato e também com o próprio governador, recebendo esse documento oficial por parte da referida comissão.

Queria, mais uma vez, cumprimentar os agentes de trânsito que se encontram na Assembleia Legislativa e comunicar que o veto não está mais na pauta da Ordem do Dia, mas é muito importante que vocês venham aqui fazer as suas

reivindicações, pois estaremos sempre à disposição, como já estávamos semana passada no gabinete.

Muito obrigado e boa-tarde a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao eminente deputado João Amin pelas manifestações.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito Jacob Junges e do vereador Arno Arnt, todos os dois do município de Santa Teresinha do Progresso.

É com satisfação que registro a presença deles em nossa Casa.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZERE - Sr. presidente, quero cumprimentar os agentes de trânsito que estão aqui solidários ao seu projeto, quero cumprimentar o vereador Célio Dias, de Blumenau, e o suplente de vereador Diogo Santos, também de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Registradas as suas manifestações, concedo agora a palavra ao deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, queria cumprimentar, de forma especial, os agentes de trânsito que estão aqui também e dizer que estamos juntos e que apoiamos as suas reivindicações. Podem contar com o meu apoio neste sentido.

Quero cumprimentar outras lideranças que estão aqui acompanhando esta sessão e também os que

acompanham pelo sistema de comunicação da Assembleia Legislativa, especialmente a TVAL.

Gostaria também de relatar, nesta tribuna, algumas ações que nós participamos e fizemos na busca de uma solução para a grave situação que vivia aqui não somente o estado de Santa Catarina como, de forma especial, o sul do Brasil e partes do nosso país em relação à paralisação e às reivindicações dos caminhoneiros.

Nos últimos dias, como outros parlamentares também têm feito, fizemos intensas conversações com lideranças estaduais, federais, com caminhoneiros, com autoridades, na busca, na tentativa de auxiliar de alguma forma, a fim de se encontrar uma solução.

Eu queria citar e destacar, de forma positiva, uma ação feita a partir da região de Concórdia, pelas lideranças, pelo prefeito municipal, pela associação comercial, pela Câmara de Dirigentes Lojistas e outras entidades, em que nós também pudemos participar, no sentido de conversarmos a respeito deste assunto com as lideranças regionais. Isso levou, inclusive, que no sábado estivéssemos na BR-153 conversando diretamente com os caminhoneiros, onde assumimos o compromisso de tentar abrir canais de conversações e alguma alternativa que levasse à solução desse problema. Um dos encaminhamentos foi o de realizarmos o encontro e também o apoio do governo do estado.

Estivemos, ontem à tarde, com uma comitiva composta por lideranças da região de Concórdia, caminhoneiros, empresários, algumas lideranças de Iporã do Oeste, junto com o governador, o sr. secretário da Agricultura, deputado Celso Maldaner, que lá esteve por cerca de duas horas dialogando e conversando com o governo também, para buscar a participação do estado nessa intermediação, deputado Natalino Lázare, e uma solução para esse conflito.

É claro que alguns encaminhamentos foram importantes, como aqueles pontos, inclusive, anunciados pelo deputado presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, relatando sobre a sanção da lei dos caminhoneiros

que traz, deputado João Amin, como v.exa. se referiu, alterações importantes, alguns avanços nesse sentido. Mas alguns pontos que estão pendentes e estavam ontem na conversação, nesse sentido precisamos colocar também o governador do estado nesse circuito para ajudar a fazer essa intermediação, compromisso do governo Raimundo Colombo de articular, deputado Ismael dos Santos, como o governo do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Também uma frente de governadores para buscar a solução, mecanismos que possam trazer o atendimento, pelo menos dos pontos especiais e essenciais, da pauta dos caminhoneiros para poder atender as suas reivindicações para que eles continuem na atividade, mas também para aquelas outras atividades que são solidárias ao movimento, mas que precisam também dos caminhos abertos para sobreviver, como é o caso de forma muito especial dos agricultores, do agricultor que precisa entregar o leite, do avicultor que precisa receber a ração para as aves, para os suínos, as agroindústrias que também tem todo esse compromisso na produção de alimentos.

Então, nesse sentido, participamos também ativamente dessas conversações, continuamos participando, como também esta Casa, tem que se registrar, da aprovação de moções, da conversação. Citei aqui as ações que fiz, e sei que diversos deputados poderiam vir à tribuna neste momento também citar as ações que fizeram, ou seja, percebe-se que há um engajamento, uma busca da solução dessa questão. E nós continuamos também à disposição para abrir canais, conversações, diálogos com as autoridades estaduais, nacionais, já que grande parte da pauta é uma pauta nacional.

Temos apelado com frequência para que o governo olhe realmente com os olhos de quem quer uma solução para esta causa e possa resolver ainda as questões pendentes nessas novas negociações e que possa estabelecer um mecanismo de voltar à normalidade, não só para voltar à normalidade, mas para que as atividades econômicas possam se manter: os caminhoneiros, as agroindústrias, os

agricultores, enfim, o país seguir o seu curso normal.

Por fim, sr. presidente, eu não poderia também, antes de encerrar, de fazer uma manifestação sobre essa polêmica estadual envolvendo a Medida Provisória n. 198.

Quero dizer que sei que o governo do estado, as suas alternativas, as suas ações também precisam ser feitas, tenho defendido muito nesta tribuna, e uma emenda constitucional, inclusive nesse sentido que o governo tem que investir mais em educação, falo dos governos em geral. Em Santa Catarina há uma proposição pretendendo elevar de 25% para 30% o gasto com a educação.

Por isso, não vejo como uma justificativa plausível aprovar uma medida provisória que teoricamente traria R\$ 40 milhões de economia por ano na área da Educação, cerca de R\$ 3 milhões por mês, numa área, deputado Rodrigo Minotto, que tem um investimento muito grande. Penso que esses R\$ 3 milhões fariam pouca diferença, quando, na verdade, acho que o problema principal não é diminuir o gasto na educação, mas, sim, aumentar. Nós entendemos que tem que aportar mais recursos para essa área, que é prioritária.

Portanto, coloco essa posição também, quem sabe o governo do estado ou retira essa medida provisória ou faz uma negociação com a categoria para que possa se chegar a bom termo, já que, tenho certeza, todos vemos a educação, de fato, como prioridade.

Assim, não podemos usar como justificativa a economia de recursos na área da Educação. Esta é uma área que precisa de recursos, de uma boa estrutura, e se não tivermos o professor satisfeito, com certeza, não teremos uma boa educação.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao Bloco Social Progressista, composto pelo PP e PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Social Progressista, os próximos minutos estão destinados PMDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PMDB, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha.

Saúdo os vereadores, as lideranças que estão presentes na Casa, o prefeito Jacó, de Santa Terezinha, o Arno e todos os nossos amigos. Saudamos a Vanusa e a todos os integrantes, ela que representa, junto com os colegas do município de Lages, todos os integrantes das Guardas Municipais, que estão na busca dos justos pleitos da categoria.

Hoje o assunto que vou falar não poderia ser outro, sras. deputadas, a não ser a greve dos caminhoneiros, e até pela importância do fato, do pleito, das reivindicações da categoria, que passaram a ser, nesses dias de mobilização, um pleito de todos os brasileiros, já que há um descontentamento geral com o governo, com a classe política, agravado, deputado Ismael dos Santos, por algumas ações impensadas, como aquela do presidente da Câmara querer dar passagem para mulher de deputado, para esposo de deputada, e esses absurdos. A sociedade brasileira, já cansada desses abusos, desses desmandos, num momento de crise, num momento de reivindicação, ainda vê o presidente da Câmara dos Deputados sair com uma ideia totalmente contrária aos princípios da moral, da ética, do respeito, da dignidade.

Enquanto temos brasileiros vivendo com dificuldade, não ganhando um salário mínimo, enquanto vemos o produtor de leite não recebendo o valor devido, que poderia ressarcir as despesas na

produção e dar um pouco de aconchego e de retribuição ao trabalho que a família faz, ao criador de frango, de suíno, enfim, enquanto a economia enfrenta uma série de dificuldades, a sociedade brasileira vê, infelizmente, de alguns políticos, gestos, ações, porque falar muitas vezes é bonito, fazer discurso é populista, mas as suas ações são totalmente contrárias àquilo que acabam falando.

Então, tenho que falar sobre esse assunto, até porque acompanhei uma região que ficou quase que sitiada, o extremo oeste, o oeste catarinense, quem esteve lá viu o desespero das famílias, sem ter mais combustível, sem ter gás de cozinha, as escolas fechando porque não tinha como atender os alunos com a merenda escolar, e as pessoas, mesmo que fossem para casa, a maioria das casas já no limite de produtos, e até, também, do gás de cozinha, de produtos essenciais.

Os hospitais da região suspendendo o atendimento por falta de medicamentos, os medicamentos que havia davam para atender os internados, não podiam mais trazer novos pacientes, realizar cirurgias, então é uma situação grave.

Eu quero dar um exemplo dessa questão. A população quis mostrar com esse protesto o seu descontentamento e pedir respostas ao governo federal e à classe política. Mas o que aconteceu foi o mesmo que alguém fazer mal para outra pessoa. Ao invés de cobrar de quem está fazendo o mal, puniu mais ainda quem já foi agredido e quem já foi prejudicado, porque, na verdade, a greve prejudicou e puniu ainda mais o produtor de leite que perdeu milhares de litros, porque não podia entregar. E ainda tem os produtores de frango, de suínos, que foram prejudicados. Tivemos até a suspensão das aulas, causando pânico na população. O certo não é punir quem já está sendo punido, o certo é fazer um comboio e ir a Brasília para buscar soluções com uma audiência com as autoridades competentes responsáveis, com o governo federal.

Essa é uma situação preocupante e a minha posição sempre foi pela justiça dos pleitos, mas não dessa forma, porque não adianta mais punir ainda mais a nossa população. Nós temos que buscar o pleito com quem tem o poder, a possibilidade de resolver.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Parabéns por essa leitura de cenário. E aproveito para cumprimentar os agentes de trânsito, na pessoa do vereador Célio Dias, que foi meu colega em Blumenau. Quero dizer da nossa disposição de encaminharmos juntos esse projeto.

Sobre esse tema que v.exa. aborda, quero dizer que estivemos neste último final de semana no oeste, juntamente com outros deputados, e fomos parados três vezes em barreiras. Conseguimos conversar, mas sentimos a tensão. Visitei também pequenos agricultores que nos disseram estar muito preocupados com a situação, pois já haviam jogado 1.200 litros de leite fora. Assustou-me ainda mais chegar a Chapecó e ver centenas e centenas de veículos esperando para abastecer em postos. De fato, uma situação de guerra. E quero lamentar, inclusive, a pouca cobertura que a imprensa nacional deu ao que está acontecendo aqui no sul do Brasil. Eu não assisti ao Fantástico, mas disseram que foi 30 segundo para dar a matéria sobre algo tão importante e crucial para a economia de Santa Catarina e do Brasil.

Acho que a classe política também deve estar atenta. A palavrinha chave para tudo isso é bom senso da classe política, do judiciário, dos caminhoneiros e por parte da população, para que possamos de fato ter dias melhores neste país.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado! Esse movimento começou em São Miguel d'Oeste e lá a situação era mais grave. inclusive. Precisou o Ministério Público intervir para que não faltassem os itens básicos para a população ser atendida.

Até quero reconhecer o empenho do Ministério Público, já que algumas pessoas não tinham consciência da gravidade do que estava acontecendo. A reivindicação é justa, mas realmente a região já está correndo o risco de um sério colapso.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Também, em caminhada por 19 municípios neste final de semana no oeste catarinense, deparamo-nos com essa situação dos pequenos agricultores e o que mais nos chama atenção é abrir o Diário Catarinense e ver a sanção da Lei dos Caminhoneiros, como se isso fosse a solução do problema que está vivendo toda sociedade brasileira, esquecendo de falar em planejamento, ferrovias. Veem mais uma vez dar as coisas no conta-gotas.

Ontem, junto com outros deputados, vimos o desespero dos caminhoneiros que pedem coisas bem básicas e não estão apenas falando no aumento do diesel ou no aumento do frete. Eles estão pedindo a melhoria nas estradas, a possibilidade de parar em postos de gasolina, porque não conseguem parar nas BRs pela falta de segurança. Então a coisa é muito ampla. Precisamos de uma força tarefa pilotada pelo governo federal.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Realmente, os ânimos estão exaltados e algumas pessoas estão no extremo do seu nervosismo. Inclusive na conversa que tivemos com os caminhoneiros, vários deles disseram que foram pegos de surpresa e pediram para serem liberados e saírem do movimento. Um caminhoneiro estava com a esposa nos últimos dias de gravidez e estava com receio de ficar preso no movimento. Outro caminhoneiro estava com a família e até com animais de estimação no caminhão e quando houve a tentativa de argumentarem no trevo de São Miguel para que pelo menos esses fossem liberados, um dos líderes do movimento se exaltou. Então, vimos que as condições psicológicas de entendimento são preocupantes.

Volto a dizer que todos lá são atingidos pelas questões. Fico preocupado com a situação do produtor de leite, de suíno, de frango do extremo oeste. Será preciso um acompanhamento com os sindicatos para que tudo volte ao normal, porque as empresas deixaram de receber a produção, de exportar, e mesmo parando o movimento teremos ainda um período de adaptação para a economia catarinense.

Já pelos ajustes fiscais do governo federal se prevê momentos mais difíceis na economia nacional, com certeza, momentos mais difíceis para essas regiões que foram atingidas pelos movimentos de reivindicações.

Então, vamos ter que olhar com muita atenção, com muito carinho, com muito trabalho para que Santa Catarina e, principalmente, o oeste do estado não sofra ainda outros problemas decorrentes da paralisação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quem nos acompanha pelos meios de comunicação. Um cumprimento especial também aos agentes de trânsito do estado, que se fazem presentes nesta sessão ordinária, e às pessoas que vêm da minha cidade, que se fazem presentes nesta Casa no dia de hoje e que desde o ano passado, quando debatemos esse tema tão importante para essa categoria, fazem um trabalho significativo em cada município onde residem.

Falo em nome de Blumenau porque a Guarda Municipal de Trânsito de Blumenau já foi referência no estado de Santa Catarina e para o Brasil também, ela que foi referência, vereador Célio Dias, para fazer a guarda municipal em

outros municípios do estado, que hoje estão aqui presentes.

Também já foi palco de ganhadores de grandes projetos quando na nossa cidade, na época do prefeito Décio Lima, quando tínhamos um tratamento diferenciado com a nossa população, onde a humanização do trânsito era muito importante, com várias campanhas educativas, não punitivas para o povo de Blumenau. Eu acredito que a luta de vocês seja para isso também, para função de vocês dessa organização tão importante. É importante vocês estarem aqui para conversarem com os demais parlamentares desta Casa.

Nós, do PT, já temos um posicionamento sobre o projeto que aqui se encontra, pela derrubada do veto do governador do estado, a respeito dessa luta que vocês vêm travando há muito tempo e também da luta em nível federal, em que o deputado federal Décio Lima apresentou no dia 25 de fevereiro um projeto para alteração do inciso II, do art. 193, da CLT, para incluir os agentes de trânsitos nas atividades perigosas.

É dessa forma também que, debatendo vários temas, acredito que temos que estar atentos também, srs. parlamentares, sobre temas específicos do estado de Santa Catarina como é dos agentes de trânsito e também à questão da Medida Provisória n. 198, que diz respeito ao Magistério Público Catarinense. Sobre esses dois temas, em que essas categorias estão reunidas nesta sessão, nesta Casa, não podemos voltar no tempo. Porque parece, sr. presidente, que parlamentares desta Casa estão se referindo somente às questões nacionais, quando temos as questões estaduais para resolver, como a questão dos agentes de trânsito, que é um projeto desta Casa; e a questão do Magistério que, neste momento, está em assembleia ali, na praça, discutindo essa MP que, a meu ver, o governo do estado, senhor líder, deveria retirar de pauta, porque o combinado com o sindicato daquela categoria é que o secretário de estado da Educação, Eduardo Deschamps, iria fazer um processo de negociação, e não foi isso que aconteceu.

O Sinte, srs. parlamentares, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Educação, realiza desde a semana passada atos de mobilização da categoria, quanto à Medida Provisória n. 198, enviada para análise destes parlamentares.

Essa medida provisória, na prática, desvincula os professores e as professoras em caráter temporário, da carreira do Magistério. Não é isso que defendemos! O professor contratado e a professora contratada tem que ter o mesmo direito do servidor público de carreira. Estamos falando, não apenas de mil, duas mil professoras em caráter temporário, estamos falando de 20 mil profissionais que, se aprovada a lei, estarão recebendo salários menores num regime de trabalho de hora/aula dada, afrontando inclusive a legislação federal, que nós temos que nos ater.

Segundo estabelece a Lei n. 11.738, de 2008, que estabeleceu o piso nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica na composição da jornada de trabalho, deve-se observar o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, pois um terço dessa carga será dedicado à preparação de aulas, à correção provas, às atividades fora da sala de aula, porque o professor dá aula, mas ele também tem que levar para casa ou para outro horário de trabalho a correção de provas e o planejamento. E isso também tem que contar como atividade do magistério.

A maioria dos deputados, neste plenário, vivenciaram muitos debates, como aquele dramático sobre a implementação do piso nacional do Magistério. Santa Catarina só tem implementado o piso depois que o sindicato entrou na Justiça contra uma Adin, levantada pelo antigo governador. Só assim Santa Catarina está discutindo o piso nacional do Magistério. A maioria, segundo orientação do governo, aprovou a extinção do plano de carreira do Magistério, desvalorizando, achatando o salário dos professores com mais tempo de serviço e mais titulação.

Nós dizíamos, naquele momento, que o governo do estado estava destruindo a carreira do Magistério.

Quem estava aqui nas outras legislaturas sabe disso, sempre falamos que estavam destruindo a carreira do Magistério, arduamente conquistada na luta da categoria. O governo mantinha o posicionamento de dizer que estavam valorizando a educação. Neste mesmo ano, senhores deputados e senhoras deputadas, ouviram, desta Tribuna, o governador do estado, Raimundo Colombo, identificar e salientar que ele estava errado, que o Magistério havia sido penalizado e que era preciso valorizar a carreira do Magistério. Isso o governador falou aqui no primeiro dia dessa legislatura, quando trouxe a mensagem de governo.

Diante dessa fala do governador, entendíamos que haveria um processo de negociação com o secretário de estado da Educação, que pudesse entender, mas mais uma vez fomos surpreendidos com a MP n. 198.

Srs. deputados, não dá para entender que nessa MP querem fazer uma economia de R\$ 40 milhões. Na educação não se faz economia! Na educação se faz investimento, deputado Ismael dos Santos.

É por isso, srs. parlamentares, sr. líder do governo, srs. deputados governistas, temos que pedir ao governador que retire essa MP e continue o processo de diálogo com o sindicato, é isso que esses professores e professoras estão, neste momento, naquela praça discutindo. E, certamente, estarão na semana que vem, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, como estiveram hoje de manhã, para pedir a retirada dessa MP.

Se nós queremos um estado melhor, temos, primeiro, que valorizar quem têm a responsabilidade da formação da nossa criança e do nosso adolescente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, gostaria de fazer referência aos agentes de trânsito de Lages, que hoje se fazem presentes em grande número no Plenário da Assembleia Legislativa. Eu quero me solidarizar com todos os agentes e com o projeto de lei que regulamenta a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Frente Renovação, o próximo horário é destinado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

Eu convido o deputado Mario Marcondes para assumir a Presidência dos trabalhos, enquanto faço uso da tribuna.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas e srs. deputados, teremos certamente um tempo ainda brilhante para debater sobre direitos, deveres e reconhecimento para esta classe tão importante que hoje visita a Assembleia Legislativa, e quero deixar desde já o nosso compromisso com as suas reivindicações.

Mas quero, hoje, usar à tribuna e dizer que há pouco usei o microfone desta Casa para falar sobre a conversa que tivemos com o nosso governador ao meio-dia.

O governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, nos colocou - em função de usar inúmeras vezes à tribuna desta Casa reivindicando o início da construção do Centro de Eventos em Balneário Camboriú - que por questão legal, e nos sempre falamos isso, o estado é que tem que construir o Centro de Eventos, que logo dará início a essa importante obra, que é reivindicada, não apenas pelo poder público de Balneário

Camboriú, assim como pela prefeitura, por todas as entidades e por nós seguidamente nesta tribuna.

Quero agradecer ao governador pela sua sensibilidade pelos nossos pleitos, por dar início o mais breve possível à construção desse Centro de Eventos, que já tem uma parte de recursos garantidos.

Mas quero me referir, hoje, ao turismo.

(Passa a ler.)

"Ontem, dia 2 de março, comemorou-se o Dia Nacional do Turismo, data que reforça a necessidade de celebração e atenção permanente para esse setor, que representa a mais importante prática econômica atual, responsável pela geração de riquezas, empregos, e pela circulação de capital e pessoas.

No Brasil, o turismo já caminha para representar 9,5% do PIB nacional e em Santa Catarina esse setor já representa 12,5% de nosso Produto Interno Bruto, que certamente traz reflexos diretos e indiretos em toda a economia estadual.

Ainda é importante considerar que a indústria do turismo - a que mais cresce no mundo na atualidade - é responsável também por garantir o funcionamento de outros setores da economia, com destaque os sistemas de transporte e comunicação.

Não obstante, as áreas econômicas relacionadas ao lazer, comércio, cultura, hotelaria e outras também mantêm uma boa dinâmica quando o turismo é elevado em uma dada região.

Em que pese alguns números favoráveis de movimentação econômica às vésperas do encerramento oficial de mais uma temporada de verão em Santa Catarina, graças aos esforços da iniciativa privada, nosso desempenho e gestão de turismo governamental está deixando muito a desejar nos últimos anos.

Depois de sete anos consecutivos, premiados como o 'Melhor Destino Turístico do Brasil', perdemos o posto para o Rio de Janeiro no ano passado. Saímos da posição de destaque. Posição esta alcançada graças à força do nosso *trade* turístico, que ano após ano foi se aprimorando em

todas as áreas do setor buscando a excelência nos serviços e equipamentos turísticos.

O nosso povo e as nossas potencialidades turísticas ainda estão aqui. Nossas belezas naturais também estão. Nossos equipamentos turísticos, nossos parques naturais, nossos parques temáticos, nossos hotéis e nossos restaurantes ainda estão de portas abertas e cada vez melhores, haja vista os novos prêmios individuais conquistados no ano passado.

Então, se ainda somos o mesmo povo hospitaleiro e se todos os nossos atrativos ainda estão à disposição, qual o motivo para não sermos mais o lugar preferido pelos turistas? Onde está o turismo de qualidade que por tantos anos foi sinônimo de Santa Catarina? Uma das causas, sem dúvida, é a falta de planejamento e gestão do governo estadual, pois tivemos seis secretários de turismo em pouco mais de três anos."

Como um secretário de turismo, seja ele quem for, vai conseguir planejar um turismo para o estado, se quando ele se firma na cadeira, quando começa a desenvolver um trabalho, por questões políticas se muda novamente o secretário.

É preciso que um estado como o nosso, de grandes projeções, um estado que se destacou e se destaca no Brasil nesse setor, que teve sete anos consecutivos como o melhor destino turístico, repito, pelas suas belezas naturais, pelos parques temáticos, pelas nossas praias, pela nossa gente, pelos nossos restaurantes, pela hotelaria, pela oferta de produtos tão procurados pelo turismo, pela nossa cultura, pela nossa história, pelo carinho que o povo catarinense dedica àqueles que nos visitam, volte a ser o melhor.

Deputado Luiz Fernando Vampiro, nós conseguimos, por sete anos consecutivos, o melhor destino turístico do Brasil e agora o perdemos. Por que o perdemos? Alguns dizem que é em função da Copa no Rio de Janeiro, mas a Copa também é um setor relevante que aconteceu em todos outros estados brasileiros, pois nós já fomos escolhidos como o melhor destino turístico do Brasil quando tivemos a realização do PAM no Rio de Janeiro.

As conquistas foram feitas e adquiridas em votação pela preferência dos nossos visitantes, mas agora nós perdemos esse título e precisamos descobrir e debater por que, em sete anos depois, quando vinha uma sequência, com mais investimentos, o estado perdeu esse brilhante título que gera empregos e movimenta a nossa economia.

Citei aqui um caso, ou seja, a mudança de vários secretários em menos de três anos e meio, deputado Mário Marcondes. Não há como planejar o turismo, pois a cada projeto que se apresenta há mudança de repente de secretário. Um setor como este precisa ter um planejamento e ser seguido, independentemente de quem assume, porque o governo é um todo. O nosso estado não pode ser prejudicado por vaidades pessoais ou por favores políticos.

Santa Catarina precisa recuperar esse prestígio, porque no turismo inclui a segurança dos cidadãos, inclui a educação do cidadão, inclui o atendimento com a saúde daqueles que aqui vivem e daqueles que nos visitam.

Mas precisamos saber que as nossas rodovias são fundamentais para que o turismo continue sendo preferido. E há pouco o deputado Fernando Coruja fez um balanço das rodovias do nosso estado, da precariedade das nossas rodovias, da falta de sinalização. Tudo isso é fundamental para que o turismo seja chamado, para que o turista chegue aqui e se sinta bem.

Eu, quando fui prefeito de Balneário Camboriú, nos três mandatos que lá exerci, querido amigo líder do governo, deputado Silvio Dreveck, dizia sempre que o turista somente iria se sentir bem na cidade se primeiramente o povo de sua cidade se sentisse bem, se houvesse creche, saúde, educação, rodovias conservadas, limpeza.

E assim é também o estado de Santa Catarina. O turista não poderá dar sequência se não receber por parte do governo a mesma contribuição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são reservados aos PMDB, deputado Luiz Fernando Vampiro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, srs. deputados, aos que nos assistem pela TVAL, aos que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, aos agentes de trânsito, em nome do Tiago, na verdade, agente de trânsito de Criciúma, da autarquia de trânsito e transporte na qual eu pude trabalhar em conjunto, uma vez que fui presidente durante quatro anos, quando firmamos uma boa relação de trabalho e fizemos muito em prol da Guarda Municipal, dos agentes de trânsito da cidade de Criciúma, um belo trabalho.

Então, quero parabenizar a todos, em seu nome, e dizer que estamos juntos nessa luta também.

Mas, deputado Fernando Coruja, eu venho hoje aqui, na verdade, para falar algo que aconteceu e está ainda em iminência na cidade de Criciúma, em relação ao quesito segurança pública. Vários fatos foram noticiados: dois ônibus da linha intermunicipal foram queimados, dois carros da educação foram ateados fogo no pátio da prefeitura, foi depredado o patrimônio público.

Isso tudo em virtude de que na noite de quinta-feira a Polícia Militar, numa perseguição, alvejou e matou dois bandidos, um, inclusive, estava foragido da penitenciária do presídio da cidade de Criciúma. Era conhecido pelos seus atos de brutalidade quando fazia os seus assaltos, roubos, fez latrocínio também, e aí após esse acontecido, a troca de tiros, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram alvejados por pedra pela população, alguns amigos, obviamente, desse delinquente, quando a partir desse momento, instalou-se na cidade de Criciúma e arredores, medo, terror e temor por toda a sociedade, por toda a comunidade do sul de Santa Catarina, especificamente na cidade de Criciúma.

Digo isso porque hoje atearam fogo em mais duas residências de veraneio no Balneário Rincão, ao lado da cidade Criciúma, e essa ação conjunta, na verdade, ação criminosa, foi efetivamente e

austeramente tratada com muito afinco pelos policiais militares e pela Polícia Civil.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. sabe muito bem, às vezes, nós temos carência de efetivo, seja de qualquer corporação, mas quando é chamado aquele policial que é comprometido com a cidade e com os catarinenses, ele não foge à regra, e desta feita foi o que aconteceu.

A operação baixada deu-se por 97 agentes, ou seja, 70 militares, sendo 27 da Polícia Civil, o helicóptero águia, enfim, todos, deputado Cleiton Salvaro, que também acompanhou os noticiários, diuturnamente trabalharam para erradicar a violência e dar segurança à população do sul de Santa, mais precisamente à população de Criciúma.

Diante disso, quero fazer o registro e cumprimentar o comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar, coronel Márcio José Cabral, em seu nome, todos os policiais militares envolvidos nessa operação; cumprimento também o delegado regional Jorge Koch e os delegados da DIC, o Marcinho, os escrivães, os agentes de polícia, enfim, todos os que trabalharam, e dizer que nos sentimos orgulhosos dessa ação efetiva que foi trabalhada em prol do restabelecimento da ordem pública e da segurança na cidade de Criciúma.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que acompanhei os fatos, até porque nós temos um grupo de *WhatSapp*, eu, como ex-delegado, o delegado dr. Jorge Koch e o delegado Ulisses Gabriel, sempre trocando informação. Senti a determinação e angústias deles em resolver, rapidamente, esclarecer e identificar os autores.

Quero dizer que temos, sim, a melhor segurança do país em termos de ser humano, em termos de profissional. Temos que valorizar esses profissionais, eles são importantes. A Polícia, tenho dito, é a última barreira antes do caos social.

Então, temos que dar força, valorizar este trabalho e empenho que tiveram para conter essa situação em Criciúma e no sul do estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Gostaria de registrar o trabalho intenso do delegado Ulisses Gabriel, enfim, a todos, mas eu gostaria de me ater a uma situação.

Nós viemos agora de uma audiência com a comitiva de Morro da Fumaça, solicitando efetivamente mais policiais. Isso tem sido uma tônica que, várias vezes, somos instados a tal. Então, eu gostaria de fazer o apelo, na verdade, para que aumentássemos também o efetivo da cidade de Criciúma, que hoje conta com 250 policiais militares e que o sul de Santa Catarina, nesse novo chamamento que o governador está fazendo de mais 500, agora nos primeiros 15 dias de abril, seja contemplado com uma leva importante, em virtude da defasagem.

Então, gostaria, mais uma vez, de dizer e registrar aqui a nossa gratidão e o nosso reconhecimento por esse trabalho honroso da Polícia Militar e da Polícia Civil, nessa operação baixada.

Muito obrigado a todos e um abraço!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos oito minutos são destinados ao deputado Darci de Matos, conforme acordo com o PSD e PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL.

Sr. presidente, vou tratar aqui de dois assuntos.

O primeiro assunto diz respeito aos corajosos, dedicados agentes de trânsito de Santa Catarina. Deputado Gabriel Ribeiro, muitos de Lages, do oeste, do interior do estado, estão aqui, durante todo dia de hoje, sr. presidente, fazendo contato

com os deputados, interagindo, e pedindo o apoio para que nós possamos promover, no momento oportuno, a derrubada do veto do Projeto de Lei n. 0272/2014, sr. presidente.

Deputado Gabriel Ribeiro, este projeto de lei é um projeto que cria condições legais e Santa Catarina, após a promulgação e aprovação da Emenda Constitucional n. 82, do seu art. 144, § 10. Essa emenda constitucional cria condições para que os estados regulamentem a profissão dos agentes de trânsito, fato esse que já está ocorrendo no Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil.

Portanto, entendemos que os agentes de trânsito do nosso estado, e de todo Brasil, cumprem um papel de fundamental importância no sentido da humanização do nosso trânsito, caótico que é, no sentido da organização do trânsito para a melhoria da mobilidade urbana das médias e grandes cidades de Santa Catarina. Inclusive, evitando acidentes, porque todos nós sabemos que temos um verdadeiro genocídio no Brasil, 40 mil pessoas perdem as suas vidas no meio desse trânsito violento do nosso país. E aí entra o trabalho dedicado, corajoso, dos nossos agentes de trânsito de Santa Catarina.

Por isso, a área jurídica do governo argumentou que a profissão não é regulamentada, e isso não precede, mas não é verdade. A profissão é regulamentada, sim, junto ao ministério do Trabalho, tendo o número 5.172/20, na Classificação Brasileira de Ocupação CBO, portanto, a profissão é regulamentada.

Em segundo lugar, invasão da competência do município. Ora, a regulamentação, no nosso entendimento, é concorrente. Se é concorrente, portanto, o estado pode, sim, regulamentar a profissão. A outra argumentação, além do que, para o município iniciar a fiscalização com agentes de trânsito há necessidade de convênio com o Detran - Sistema Nacional de Trânsito -, e ainda a previsão constitucional que no inciso II, § 10 do art. 144, que preceitua o que compete no âmbito dos estados, do distrito federal e dos municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivas e seus

agentes de trânsito estruturados em carreira na forma da lei.

Por isso, essa argumentação legal dá a certeza de que o projeto é sim constitucional. O projeto não impacta financeiramente no caixa do governo, o projeto dá condição dos municípios estruturarem a carreira dos agentes de trânsito em todos os municípios de Santa Catarina.

Por isso, sejam bem-vindos a esta Casa e tenham a certeza de que os parlamentares haverão de analisar com profundidade, com consistência e com sensibilidade a possibilidade da derrubada do veto desse projeto de lei, dando assim a condição legal da regulamentação da profissão no estado de Santa Catarina.

Eu quero, sr. presidente, dizendo que estou na Casa há oito anos, alguns aqui já estão há mais tempo e outros estão há poucos dias. Mas o fato que ocorreu hoje na comissão de Constituição e Justiça é lamentável, tem que ser registrado aqui na tribuna, porque o Parlamento é local de debates, de entendimento, da busca da verdade e da busca do melhor caminho para todos os interesses. Aqui ninguém ganha no grito e muito menos na porrada, aqui não é lugar de violência, aqui não é lugar de baderna, aqui não é lugar de discussão e de debate. E é isso que as autoridades competentes e os deputados da comissão de Constituição e Justiça estavam fazendo durante a reunião.

Eu, com todo respeito que tenho aos professores, que são fundamentais nas futuras gerações, tenho certeza de que não eram professores e, sim, infiltrados, baderneiros, mal educados, que hoje agrediram verbalmente e fisicamente o deputado Silvio Dreveck e o secretário Eduardo Deschamps. E nós não podemos deixar de registrar esse fato e de lamentar profundamente. Temos que registrar e nos posicionarmos contra esse tipo de conduta para evitar que mais tarde, nas demais comissões, nos demais temas, segmentos e pessoas infiltradas queiram ganhar no grito no Parlamento Catarinense. Esse não é o caminho e isso não vamos permitir.

Os professores são bem-vindos, são importantes para nós. Quero salientar que o governador tem feito um trabalho de recuperação da dignidade do salário dos professores. Tem feito àquilo que o governador do Rio Grande do Sul não fez e por isso perdeu as eleições passadas, por não cumprir o piso dos professores no Rio Grande do Sul. O governador Raimundo Colombo tem dado reajustes na medida do possível. Assim sendo, ganhou a eleição no primeiro turno, porque a comunidade reconheceu o excepcional trabalho que o nosso governador faz em todos os sentidos, mas, sobretudo, de valorização aos professores do nosso estado, cumprindo o piso e resgatando a dignidade dos nossos professores.

Então, professores são bem-vindos para debatermos e para buscarmos o melhor caminho para valorizar essa categoria tão importante, mas baderneiros não vamos admitir e não vamos aceitar, porque aqui é lugar de debate, de discussão e de buscar a melhor alternativa para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Gostaria de corroborar com as manifestações do deputado Darci de Matos, até porque estávamos também presentes na reunião na sala do líder do governo, juntamente com o secretário de estado da Educação. Posteriormente, acompanhamos os trabalhos na comissão de Justiça. Esta Casa foi criada para dialogarmos e buscarmos o entendimento. Infelizmente, esse fato manchou um pouco a imagem do Parlamento no sentido de que essas pessoas importantíssimas para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina acabaram naquele momento perdendo a capacidade de discernir o certo do errado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero solidarizar-me com o deputado Silvio Dreveck, que

é um parlamentar exemplar, um homem de diálogo, e uma reação como essa por parte dos professores não contará ponto para eles. Manifesto a minha solidariedade ao deputado Silvio Dreveck, que trabalha com lisura, respeito e ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está suspensa a sessão até às 16h para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão. Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0699/2014.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0366/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência, cegos, surdos, portadores de Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes em instituições de ensino, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação e primeiro turno do Projeto de Lei n. 0590/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual de Conscientização do Uso de Agrotóxico no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 35, de autoria do deputado Leonel Pavan; 36, de autoria do deputado Neodi Saretta; 37, de autoria do deputado Gean Loureiro; 38, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 39, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 40 e 41, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 42 e 43, de autoria do deputado Mario Marcondes; 44, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 45, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 68, de autoria do deputado Dalmo Claro; 69 e 72, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 70, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 73, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 74, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 75, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 76, de autoria do deputado Leonel Pavan; 77, de autoria do deputado Marcos Vieira; 78, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 79 e 80, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 81, 82, 83, 84, 85 e 86, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 87 e 88, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 71, de autoria do Fernando Coruja, que solicita o envio de mensagem ao presidente da SC Participações e Parcerias, solicitando informações referentes à construção da fábrica da Sinotruk Brasil Truck Corporation, em Lages, que produzirá caminhões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 09, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada a presidente da República e demais autoridades, apelando pela manutenção do único posto de fiscalização de ferrovias no estado, localizado no município de Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 22, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às obras de manutenção da ponte pênsil Dona Clara, que liga os municípios de Rodeio e Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 23, de autoria do deputado Fernando Coruja, a ser enviado ao secretário de estado do Desenvolvimento Econômico sustentável, solicitando informações referentes à construção da fábrica da Sinotruck Brasil Truck Corporation, em Lages, que produzirá caminhões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 24, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações a respeito da previsão de contratação de agentes a fim de aumentar o efetivo policial no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 25, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca de eventual previsão para reforma e melhorias na EEB Heriberto Joseph Müller, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 26, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca de previsão para reforma e melhoria na EEB Adolpho Konder, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 27, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre eventual previsão de reforma na EEB Emílio Baumgart, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 28, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a previsão de reforma e melhoria na EEB Prof. João Widermann, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 29, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a previsão para reforma e melhorias na EEB Áurea Perpétua Gomes, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 30, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à liberação de recursos financeiros à construção do Centro Integrado de Saúde de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 31, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações sobre o cronograma de trabalho, procedimentos e recursos atinentes à construção da barragem do Rio Salto, no município de Timbé do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de saudar o sr. presidente, a todos os srs. deputados e as sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL ou Rádio Alesc Digital, pessoas que estão aqui, hoje, nos visitando.

Quero falar sobre a nossa longa jornada e caminhada no último final de semana e início desta. Hoje, especialmente, tivemos a caminhada que impactou o nosso estado, o nosso país, que foi a grande mobilização dos nossos transportadores, dos nossos caminhoneiros, e com certeza essa mobilização chama muito a atenção pelas demandas que são colocadas pela categoria, pela sua

história de luta, de resistência, mas também pelo próprio debate que precisamos fazer sobre as políticas públicas para esse setor. E também há a necessidade de tratarmos de forma diferente os diferentes que estão nesse setor, ou seja, temos grandes empresas que atuam nesse setor, que tem caminhões, ou até grandes empresas que subcontratam, terceirizam mão de obra.

Nós temos os trabalhadores empregados, que trabalham para essas grandes empresas, que também são caminhoneiros. Nós temos as microempresas e nós temos os caminhoneiros que têm apenas um caminhão. Eu entendo que tratar todos de forma igual não é possível, precisamos diferenciar o tratamento de uma grande empresa porque há conflito de interesses.

Uma das grandes questões que os caminhoneiros nos levantavam é justamente a dos autônomos, daqueles que tem um caminhão, que normalmente não têm condições de contratar frete, sendo assim, ele subcontrata ou contrata esse serviço de outra empresa.

Então, essa diferença no tratamento é importante também para tratarmos melhor os nossos caminhoneiros autônomos, especialmente aqueles que têm um caminhão apenas e que sustentam suas famílias com esse veículo, com dois ou três, ou seja, os nossos microempresários.

Então, para construir uma política, de fato, precisamos diferenciar um pouco o tratamento para que se possa no futuro ter uma garantia de renda e de sustentação para uma qualidade de vida digna para esse setor.

Assim, o funcionário, o assalariado, que trabalha para uma grande empresa, precisa ser respeitado como trabalhador. Por isso, a lei dos caminhoneiros é importante, porque coloca alguns limites. Mesmo no primeiro momento, com dificuldades para o seu cumprimento, mesmo não tendo espaço para descanso, para a qualidade de vida do nosso trabalhador do transporte, temos que começar a discutir essa lei sobre o limite de horas de trabalho, caso contrário, vamos colocar

em risco a vida da nossa população brasileira nas rodovias do Brasil.

No domingo, à tarde, o deputado Pedro Uczai, coordenou uma videoconferência com o ministro Miguel Rosseto e, durante duas horas, tivemos, na Universidade UnoChapecó, uma discussão com os motoristas. Houve a participação em todas as audiências em Brasília.

Ontem, estivemos na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com o governador, e quero cumprimentar o deputado João Amin que coordenou essa reunião junto ao governo do estado.

E semana passada, deputada Luciane Carminatti, a nossa bancada levantou a questão que também deveríamos discutir com os estados os temas das rodovias estaduais, do IPVA dos caminhões, do ICMS dos estados nos combustíveis, que é uma das pautas e reivindicações dos motoristas, e precisávamos envolver os governadores.

E um tema que se discute é a redução do preço do óleo diesel, mas, ao contrário, tivemos o aumento do óleo diesel e a reaplicação da Cide, que vai também ter a participação dos estados e municípios.

Então, isso precisa ser discutido junto aos governos estaduais. Por isso, ocorreu a reunião com o governador Raimundo Colombo, ontem, à tarde, quando foi debatido esse tema.

Também ontem estivemos, em várias regiões do estado, uma articulação muito forte da nossa agricultura familiar junto aos motoristas para permitir o transporte dos alimentos, especialmente do leite, da ração para os frangos e outros animais que começam a passar fome, para não haver matança, morte de animais, para que o leite que estava sendo jogado fora praticamente há uma semana, não fosse mais desperdiçado. Por isso, houve uma mobilização da agricultura familiar para que sejam liberados os transportes de alimentos, porque a agricultura familiar já teve grandes prejuízos. Houve uma ação coletiva, uma ação articulada, muito diálogo, e isso é muito importante neste momento.

E hoje pela manhã percebemos mais um grande movimento, que também é importante para Santa Catarina, que foi a mobilização dos professores, dos nossos educadores. Estamos vendo no vizinho, o estado do Paraná, uma grande greve do funcionalismo da educação e de outras categorias. Por isso, o governo do nosso estado precisa ficar atento, não é necessário comprar mais um grande desgaste dos políticos, e neste momento, a Assembleia Legislativa - porque não é o Poder Executivo que está respondendo lá, agora somos nós nesta Casa que temos que resolver um problema mal resolvido do lado de lá.

O Poder Executivo precisa resolver melhor quando traz a esta Casa projetos e medidas provisórias, como a n. 198, que está sendo massivamente rejeitada pelos trabalhadores da educação. E se o governo insistir em ir até o fim com essa medida provisória, vamos ter, com certeza, consequências muito pesadas, repercussões negativas, inclusive, grandes mobilizações e a possibilidade de greve da categoria.

Então, esperamos que o secretário da Educação, que o governador do estado, discuta melhor essa questão. Entendemos que é importante dar um passo atrás, é preciso retirar essa medida provisória, este é o apelo dos professores.

Então, dar um passo atrás, às vezes, na política, não é tão ruim, pode ser importante para uma categoria que hoje reúne mais de cinco mil trabalhadores e, quem sabe, semana que vem, deverá reunir seis, sete, oito mil trabalhadores. Nós já fizemos um apelo ao estado, à secretaria de Educação, dar um passo atrás, discutir melhor essa medida provisória, porque ela divide a categoria, cria outra categoria, e a Educação tem que ser tratada como uma categoria única.

O Magistério, os nossos filhos, os nossos jovens, que estão nas escolas estaduais, têm que ser tratados de forma unificada, como os trabalhadores da educação, enfim, o serviço público em Santa Catarina. Não são apenas os professores e o magistério que perdem, é a sociedade catarinense que perde quando se tem um

professor, um educador insatisfeito, um educador mal preparado, um educador com baixa estima na escola. Com certeza é a nossa educação que sofre com isso. Tem que haver diálogo, assim como com a greve dos caminhoneiros tem que haver a perspectiva de diálogo, de discussão para se encontrar os melhores encaminhamentos.

Então, o meu apelo ao sr. governador, ao sr. secretário de Educação, é para que voltem, que deem um passo atrás, que discutam melhor, não tragam essa bomba para dentro da Assembleia Legislativa. Não vamos discutir esse tema aqui dentro, esse é o papel do Poder Executivo, as coisas têm que chegar a esta Casa redondas, mas combinadas e trabalhadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da nossa querida TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, funcionários desta Casa, faço uso da tribuna na tarde desta terça-feira primeiro para manifestar meu sentimento de repúdio e indignação com relação a tudo que está acontecendo na segurança pública em nível de Brasil.

Presenciei um ato, neste final de semana em Criciúma, em que pese toda a movimentação da Polícia Militar, da Polícia Civil e de todos os organismos de defesa e segurança do estado, mas ao ponto de presenciarmos o marginal em confronto com a polícia, publicamente. Realmente, perdeu-se o respeito e o poder de ação do ente público.

Quando as instituições ficam fragilizadas a este ponto começa o princípio do holocausto, que aconteceu na Alemanha, ou seja, a fragilidade das instituições, a ineficiência do poder, por mais força e boa vontade que se tenha de empreender uma ação contra, mas a instituição fica incapaz.

É extremamente impressionante e surpreendente o apavoramento das pessoas: pais, mães, filhos,

crianças correndo pelas ruas, e os vídeos estão ai rodando nas mídias sociais. É extremamente lamentável e amedrontador, pois deixa realmente o cidadão num grau de retração a ponto de se criar instabilidade e insegurança levando as pessoas ao pânico.

Então, realmente deixo aqui o meu registro de repúdio a esse tipo de atitude e mostrando a ineficiência por mais boa vontade, como eu falo aqui, da ação governamental. Mas está a um limite de extrapolar o estado de direito. Esta é a grande verdade!

A preservação dos direitos da pessoa de poder ir e vir na rua durante o dia, não estou nem falando a noite ou na madrugada, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é desse segmento da Polícia Civil, e deputado Leonel Pavan, que foi governador. Realmente isso nos assusta.

Se não foi empreendida uma ação forte, com mão firme, com a presença, talvez, do próprio Exército, de todo o sistema de inteligência deste país, dentro de uma ação forte, integrada, sinceramente não sei onde vamos parar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabéns, deputado Valmir Comin, pela abordagem do tema, que é muito preocupante.

Quando ainda estava na Delegacia-Geral de Polícia, dos relatórios de inteligência apontando sobre a afronta dos marginais planejando a justiça ao cidadão, já ficava preocupado. E hoje a situação está mais grave.

Eu concordo com v.exa. quando diz que alguma ação tem que ser adotada, pois a sociedade está insegura, o policial está inseguro para agir, porque ele é cobrado dos dois lados. Eu digo que a polícia, hoje, é a última barreira antes do caos social, como v.exa. falou, porque o marginal não tem mais medo de papel, de sentença, de ordem judicial, de nada! Ele ainda recua quando a polícia vai lá para cumprir a sua obrigação. Mas quando a polícia se for e ficar desacreditada, aí

realmente a sociedade perderá a batalha para a criminalidade.

Então, é muito importante a abordagem de v.exa. O estado como um todo, a União, o estado, tem que acordar para essa situação gravíssima, e hoje qualquer marginal, qualquer um está-se achando no direito de decidir e dar ordem. E com um detalhe: o cidadão e o próprio marginal sabem que o policial vão lá para cumprir a lei, para prender, mas ele tem mais medo do bandido, porque há a pena de morte e o bandido vai para matar.

Então, a situação é muito grave.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Realmente é lamentável. Eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo e deputado Valmir Comin, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento corajoso. Existe um problema seriíssimo hoje em nosso país. Alguns setores da mídia parecem que muitas vezes se posicionam favoravelmente. Por exemplo, um policial, ao reprender um bandido, um marginal, corre risco de vida, porque esse marginal pode estar armado, e a maioria está armada. Mas se esse policial agir com a sua arma e porventura, ao se defender, atira nesse marginal desarmado, que acaba indo a óbito, ele receberá uma repressão forte de determinada mídia contra o policial. Hoje ele está com medo, quer se proteger, mas também tem que se proteger. Duas coisas: uma, do marginal e depois do que vem em cima do Ministério Público, por parte de alguns setores da mídia, que o culpa por ter agido em sua defesa, levando, de repente, pelo seu ato, um bandido à morte.

Lamentavelmente, a segurança do nosso país, hoje, está também encaminhando no fio da navalha. Se vai para um lado é criticada, se vai para outro, também corre risco de crítica.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Leonel Pavan, também vou ter oportunidade de incorporar ao meu pronunciamento o seu aparte.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Valmir Comin, esse é um tema que com certeza nestes quatro anos nesta Casa precisamos discutir com muito seriedade.

Estamos com uma grande crise da própria sociedade, da ética, da seriedade e da questão ao incentivo à violência. Precisamos discutir esse todo. Eu acompanho em alguns momentos os grandes meios de comunicação em nível nacional e os temas da violência estão ganhando muita repercussão em horários nobres, as crianças estão assistindo à posse de armas, à violência. Então, são temas muito delicados.

Então, quero parabenizar v.exa. e dizer que precisamos discutir isso, que vem desde a educação, desde a família, mas a mão do estado tem que ser mais forte, mais rigorosa. Em Santa Catarina, parece-me que a coisa está correndo à solta. Tivemos aqui os ataques, temos vários problemas em segurança. Nós cobramos também dos órgãos de Segurança Pública, da secretaria de Segurança, do estado, mais firmeza no combate ao crime organizado, que é uma das formas de combater e de trazer mais segurança à sociedade catarinense.

Então, parabenizo v.exa. e me somo a essa luta. Precisamos melhorar este tema da segurança nas cidades, porque antes as coisas aconteciam mais nas cidades grandes; agora, já ocorrem nas cidades pequenas e também se alastrando para o interior, nas comunidades rurais do nosso estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado, eu acredito que a solução para este país seja uma mudança estrutural no contexto geral da situação, desde a reforma política, fiscal e tributária, em vários segmentos, porque se você não prezar pelos valores do fortalecimento dessas instituições, caracteriza-se a fragilidade e o princípio do desmonte da democracia. Democracia forte é através das instituições fortalecidas com

o poder de fogo e de ação, a mão forte do estado, como v.exa. aqui coloca.

Ainda tinha outro assunto para tratar, relacionado à construção da barragem do Rio São Bento, lá na comunidade de Areia Branca, no município de Timbé do Sul, que mais uma vez perdemos os recursos consignados ao PAC, uma obra que vai representar a soma de mais de R\$ 80 milhões, são mais de 54 milhões de m<sup>3</sup> de água, por consequência da má gestão da contratação de empresas que promoveram o EIA/RIMA, e não foi suficiente.

O Ministério Público fez os questionamentos, foi tentado suprir por meio dos itens complementares, não sanando a contento, suprimindo as exigências, abriu-se um novo edital, por consequência disso, perdemos mais uma vez os recursos do PAC, depois de o governo do estado já proferir as devidas desapropriações. Mais uma vez, perdemos esse recurso! Esse é um tema sobre o qual pretendo, sr. presidente, falar na próxima reunião, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito boas as suas colocações, deputado Valmir Comin. O país necessita de reforma, e o problema realmente é estrutural.

Com a palavra, o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna é a Medida Provisória n. 198. Mas mais do que isso, o que deu para diagnosticar, principalmente em contato com os professores, com as professoras de modo geral, é que se vendeu um produto que, na verdade, não corresponde ao que está chegando a casa daquele que comprou.

Ou seja, a informação não está transparente, porque o que notamos é simplesmente que os professores vão ter prejuízo.

Em primeiro lugar, quero deixar muito claro, não há, por parte deste deputado, e certamente nem

por parte de outros deputados e da própria secretaria da Educação, do governo, o interesse ou o propósito, melhor dizendo, de prejudicar professor temporário, ou seja, os ACTs, ou o professor efetivo, ou melhor, aquele concursado ou qualquer outra pessoa, podem ter certeza disso.

Precisamos, apenas, de um acordo entre as partes para fazer com que haja a valorização dos professores, tanto na remuneração quanto na qualificação, no aperfeiçoamento, para que o ganho possa ser na qualidade do ensino para os nossos alunos e, conseqüentemente, para as nossas famílias. Lá no passado, em 2009, por um equívoco involuntário, a mesma legislação que trata do Regime Jurídico Único, do servidor de carreira, trata do professor concursado.

Pois bem, o que se está querendo, há muito tempo, o que está se reivindicando, por uma questão de justiça e meritória, é que os professores concursados, com mais tempo de serviço, tenham uma demanda reprimida de um reajuste maior e melhor, por conta da lei do piso, que acabou aproximando os professores com mais tempo de serviço daqueles que iniciam. O que é justa esta reivindicação.

E o que esta medida provisória propõe é fazer uma regulamentação do professor de caráter temporário, aquele contratado por um período temporário, e do professor concursado. Repito mais uma vez, sem discriminar ninguém, e sem dar prejuízo algum, nem poderia ser diferente, reduzindo remuneração de quem quer que seja, em especial, dos professores, que já estão contratados pela legislação atual, que ainda não tinha medida provisória. Portanto, enquanto permanecer este contrato, não se altera absolutamente nada.

Por outro lado, a própria medida provisória determina que menos que o piso nenhum professor poderá ganhar. Há, inclusive, gratificações para recompor ou para compensar, melhor assim dito, estimular os professores em sala de aula.

Portanto, não podemos vender, como eu disse, um produto que, na verdade, vai chegar na casa do

cliente e que não é o produto que ele está comprando. Por outro lado, há o desejo dos próprios professores, do próprio Sinte, de uma vez por todas, fazer o plano de carreira e fazer a descompactação para permitir que os professores com mais tempo de serviço possam ter um aumento melhor.

Tanto é que, na média, os professores tiveram, os que já estão mais tempo atuando por concurso, próximo de 80% de aumento, e aqueles que iniciaram, próximo de 180%.

Somos contra! Não. Estamos fazendo aqui é um comparativo do que se pretende com essa medida provisória e com esse futuro projeto de descompactação do plano de carreira. Fazer um equilíbrio melhor entre os professores para que não haja essa diferença enorme, mas não tirando nenhum centavo de qualquer professor, nem do ACT e nem do concursado. E, obviamente, que o professor concursado, que tem um plano de carreira, ao final, terá uma condição melhor de remuneração, inclusive levando para a sua aposentadoria.

Por isso, precisamos estimular o governo para continuar fazendo concursos para que esses professores que são graduados, que estão hoje na condição de ACTs, tenham a oportunidade de fazer o concurso e estar inseridos no plano de carreira. Vale ressaltar que a partir de ontem, à tarde, numa conversa democrática entre o sindicato e o governo, estabeleceu-se um prazo para construir um anteprojeto do plano de carreira dos servidores efetivos para apresentar, num prazo de 30 dias, essa proposta em comum acordo. Se esse for o desejo da categoria, que são os que têm compromisso com a qualidade do ensino. Digo isso, porque tive a oportunidade de ser prefeito de São Bento do Sul por oito anos, e conheci a categoria do professor, que tem se esforçado muito.

No entanto, quero ressaltar que na manhã de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, infelizmente, não houve diálogo, e quando não há diálogo não há avanços, não há negociações. E não estou dizendo que foi por parte dos professores, mas teve um grupo de pessoas, que não sei a qual

categoria pertence, não permitiu, em nenhum momento, qualquer debate. E quem não tem a capacidade e não tem a inteligência de dialogar é porque não tem argumentos. E assim sendo, acontece o que aconteceu na comissão de Justiça no dia de hoje, ou seja, partiu-se para agressão verbal, sem permitir, em nenhum momento, a condição de dialogar.

Portanto, essas atitudes certamente não vão contribuir para a categoria dos professores, não vão contribuir para o avanço dos servidores de um modo geral, pois onde não há diálogo e onde se parte para a agressão verbal e física, é porque não querem construir um projeto em benefício da própria categoria, por interesse do próprio Sinte, que está numa disputa de poderes entre facções que têm projetos futuros.

Portanto, vamos, sim, fazer o melhor e vamos dialogar, pois quando não há o desejo de dialogar, de construir, não se pode tratar de uma matéria. Se não se chegar à conclusão de que o projeto de carreira pode ser construído, de nada adianta essa medida provisória.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, acho que esse é um tema importante. Nunca vi e não posso entender que uma pessoa que venha trazer argumentos para convencer os deputados primeiramente agrida para depois buscar seus direitos. Não admito ser questionado com agressão. Precisamos ter o confronto no diálogo, na troca de ideias e não nas ofensas morais e na agressão. Hoje um policial foi agredido, jogaram uma mesa nele, quebrando seu pé. Como podem professores, pessoas as quais temos admiração, antes da discussão, da votação, invadirem esta Casa e tratarem-nos como rivais? Sou solidário a sua ação e esperamos que essas coisas sejam águas passadas.

O SR. SILVIO DREVECK - Agradeço as palavras dos deputados Leonel Pavan e Darci de Matos.

Quero crer que essas pessoas que estavam aqui na manhã de hoje não representam aqueles

professores que querem o bem de Santa Catarina, da educação como um todo. Portanto, são só algumas pessoas e de maneira nenhuma vamos generalizar. Esperamos que raciocinem com capacidade e inteligência para que continuemos dialogando em favor da educação e dos professores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Quero registrar a presença do vereador Ricardo, de Florianópolis. Seja bem-vindo!

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses, queria inicialmente cumprimentar todos os vereadores que estão chegando no dia de hoje para participar amanhã de um grande encontro de vereadores nesta Casa. Saudos os vereadores em nome da vereadora Lealda Lemos, de Tijucas. Também quero cumprimentar os secretários municipais, em nome do amigo Betão, secretário do município de Papanduva. Quero também saudar a dona Deise Bonassa, de Siderópolis e o amigo Marlo, de São José.

Hoje, trago um assunto que em minha opinião é muito importante e precisamos intervir.

Estamos analisando a questão dos professores, a Medida Provisória n. 198, que é importante. O projeto de descompactação da secretaria da Educação tem que ser feito. Enfim, são ajustes que cabem a nós, precisamos tomar uma posição para dar sustentação, para dar apoio a milhares de alunos que frequentam as nossas universidades, sejam do sistema Acafe ou do IES. Temos em Santa Catarina 47.662 mil até o final do ano passado do número de alunos que tinham o Fies - Programa de Financiamento Estudantil -, governo federal junto às universidades do estado. Em nível do Brasil tem mais de um milhão de contratos e aqui em Santa Catarina temos 47.662 mil. Tanto da Acafe quanto da Ampesc, varia de 20% a 45% o percentual dos alunos que usam esse instrumento para financiar o ensino superior. Quero ressaltar que,

infelizmente, um grande número de alunos que hoje não conseguem bancar as mensalidades das universidades, veem na universidade o caminho para um futuro melhor.

Porém, eles têm dificuldades de financiar, de bancar isso. Buscam dois instrumentos fundamentais: o art. 170, no qual o governo gasta em torno R\$ 50 milhões para atender os alunos mais carentes que cursam as universidades; sendo 90% deles no sistema Acafe e 10% na Ampesc.

Qual é o detalhe que eu queria pedir aos srs. deputados? É que na semana retrasada o governo federal proibiu as universidades de contraírem contratos novos e de renovarem os contratos. Todas as universidades que passaram de 4,5%; mas estipulou que a correção do Imposto de Renda aceita no máximo era 4,5% e que estipulou também que as universidades que passaram, que aumentaram mais de 4,5% também não poderiam renovar o contrato do Fies, que já tinha com 47 mil alunos, e muito menos fazer os novos. Com a pressão que houve no Congresso, com a pressão da própria sociedade, a tendência com relação ao imposto de renda, não sei vai depender do Congresso, mas aqui no Fies a presidência retrocedeu e permitiu o reajuste até 6,5%. Ora, a grande maioria das faculdades de Santa Catarina aumentou mais 6,5%, em torno 7% a 8%; aliás, todas as universidades. Como todas as universidades tiveram reajuste de mais 6,5%, significa que praticamente todas elas ficaram fora do Fies, aqueles que já tinham Fies não podem renová-lo. E, naturalmente, que os alunos novos também não podem renovar.

Então, deputado Silvio Dreveck, nosso líder de governo, sei que isso não é uma decisão que nós podemos modificar. Não é um tema que podemos votar.

Mas esta Casa precisa fazer um manifesto favorável aos nossos acadêmicos, as nossas universidades, porque não havendo essa renovação do Fies vai inviabilizar praticamente todas as universidades, tanto do sistema Acafe quanto da Ampesc, justamente porque quem paga é o governo

federal através do Fies, e esses alunos pagariam depois o contrato com o banco.

De certa maneira, isso é preocupante porque como é que vão fazer as universidades? Eles não vão fazer a matrícula, se não fizer isso, mesmo que resolvam daqui a dois, três meses, aqueles alunos que a universidade não fez a matrícula, porque eles não tinham o Fies e eles não podem pagar, automaticamente, vão ser considerados reprovados nesse primeiro semestre por conta de que é mais do que 25% da frequência das aulas.

Então, ou a universidade sai bancando, mesmo que o Fies não esteja renovado, ou então se corre o risco de desses alunos que ficarem sem o Fies perder o seu semestre.

Por isso, apresento esse encaminhamento de apoio às universidades, aos alunos, aos acadêmicos, no sentido de que precisamos encontrar uma forma de resolver essa questão caso a universidade banque os custos e depois os recursos do Fies não forem repassados.

E como seria se todas as universidades, para atender as exigências da Presidência, reduzissem o reajuste que deram? Todas as universidades não podem renovar o Fies porque o reajuste que eles deram das suas mensalidades foi maior que 6,5%, e o limite que a Presidência da República colocou foi de no máximo 6,4%.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.